



Câmara Municipal de Curitiba

ATAS DAS REUNIÕES

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 30 DE OUTUBRO DE 2019, PARA DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA 2020.

Aos trinta dias do mês de outubro de dois mil e dezenove, conforme Edital de Convocação publicado aos trinta dias do mês de setembro de dois mil e dezenove no Diário Oficial do Município de número cento e oitenta e sete, realizou-se a Audiência Pública da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, para discussão do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2020. Consta nas Notas Taquigráficas: "O SR. PRESIDENTE (Sabino Picolo):- Agradecemos. Com a presença dos seguintes Srs. Vereadores: (ver Ata), passamos à Audiência Pública da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização. Conforme Requerimento nº 054.00010.2019, (J) aprovado por este plenário em 23 de outubro de 2019, os horários reservados à Ordem do Dia, Grande Expediente e Explicações Pessoais da Sessão Ordinária, estão destinados para realização da audiência pública de iniciativa da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização. Convido a Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, sob a Presidência do Vereador Paulo Rink, para assumir os trabalhos da Mesa, composta pelos Vereadores Serginho do Posto, Ezequias Barros, Professora Josete, Jairo Marcelino, Dra. Maria Leticia, Dr. Wolmir, Mauro Bobato e Tito Zeglin. (Assume a Presidência dos trabalhos, Vereador Paulo Rink) O SR. PRESIDENTE:- Bom dia, Sras. e Srs. Vereadores, população presente a esta audiência pública da LOA 2020. Declaro aberta a presente audiência pública da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, prevista para a fase de discussão do projeto de lei orçamentário para 2020, conforme determina o Inciso I, do Art. 48, da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, e Art. 44, da Lei n.º 10.257, de 10 de julho de 2001, Estatuto das Cidades. Esta audiência pública terá a duração de duas horas, tendo o início agora, 9h40min. Agradecemos a presença de todas as autoridades presentes, Vereadores, associações, entidades. A Mesa acha-se composta pelos Vereadores Maria Leticia, Dr. Wolmir, Serginho do Posto, Ezequias Barros, Tito Zeglin, e daqui a pouco convidaremos o pessoal da Prefeitura para a apresentação. O Vereador Serginho do Posto vai ficar auxiliando como Secretário desta audiência, a quem peço que faça a leitura do edital de consulta pública, realização da audiência pública. O SR. SÉRGIO R. B. BALAGUER - SERGINHO DO POSTO:- Bom dia a todos. "Câmara Municipal de Curitiba, edital consulta pública, audiência da fase de discussão para a LOA 2020. O Presidente da Comissão Permanente de Economia, Finanças e Fiscalização, no uso de suas atribuições legais, torna público a convocação de consulta pública, debate e audiência pública da fase de discussão do Projeto de Lei nº 013.00009.2019, que estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Curitiba para o exercício de 2020, previstos no Inciso I, Parágrafo 1º, do Art. 48, da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, e Art. 44, da Lei n.º 10.257, de 10 de julho de 2001,

Estatuto das Cidades. Conforme o que segue: Consulta pública pela internet, no período de 1º a 23 de outubro de 2019, por meio do link disponível na página e mídias sociais da Câmara Municipal de Curitiba, www.cmc.pr.gov.br. (K) Por meio de urnas para sugestões, nos dias úteis constantes do período de 1º a 18 de outubro de 2019, disponibilizadas nas dependências da Câmara Municipal, anexos I e II, e nas dependências das administrações regionais, Bairro Novo, Boa Vista, Boqueirão, Cajuru, CIC, Matriz, Pinheirinho, Portão, Santa Felicidade e Tatuquara. Audiência Pública a ser realizada no dia 30 de outubro de 2019, às 9h, no Plenário da Câmara Municipal de Curitiba, Palácio Rio Branco. Dia 30 de setembro de 2009. Vereador Paulo Rink, Presidente da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização". Era esse o edital, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE:- Obrigado, Vereador Serginho, secretariando esta Audiência Pública. O edital de abertura de consulta pública, convocação desta Audiência, com as instruções para acesso ao Projeto de Lei Orçamentária na Internet foi publicado na edição n.º 11.250, do jornal Bem Paraná, página vinte e três, em 30 de setembro de 2019, numa segunda-feira. Também foi publicado no Diário da Câmara n.º 10.111, de 30 de setembro de 2019; no Diário Oficial do Município n.º 187, de 30 de setembro de 2019. Ainda o release com a divulgação desta Audiência foi publicado e enviado para todos os jornais, rádios, televisões com sede na sucursal da nossa Cidade de Curitiba. Vou dar informações sobre os trabalhos de hoje, mas antes gostaria de registrar as presenças: Daniele Regina dos Santos, Superintendente Executiva da Prefeitura, a quem peço para compor a nossa Mesa; Márcio Heimoski, Gerente de Orçamentos da Prefeitura; o Carlos Kukolj, Diretor de Orçamento; o Carlos Celso Santos Júnior, Inspetor da Guarda Municipal; a Jaqueline Pereira Tillmann, Diretora do Sindicato Saúde do Paraná; Christiane Izabella Shunig, Diretora do Sismuc; Gabriel Conte, Diretor do Sismmac; Aduino Rocha, Relações Internacionais e Governamentais do Hospital Erasto Gaertner. Agradeço a todos a presença, e também aos alunos que aqui estão acompanhando esta Audiência Pública. Sejam todos bem-vindos a esta Casa de Leis. Pessoas novas que estão já se instruindo e acompanhando os Vereadores numa Audiência Pública sobre o orçamento da Cidade de Curitiba. O roteiro dos trabalhos será da seguinte forma: na primeira parte farei uma apresentação do relatório da consulta pública realizada pela Câmara Municipal. Na segunda parte teremos a explanação da Dra. Daniele Regina dos Santos, da Secretaria Municipal da Prefeitura, que falará a respeito do Projeto de Lei Orçamentária 2020. Na terceira parte desta Audiência Pública teremos a concessão da palavra aos presentes, comentários, sugestões, questionamentos, na seguinte ordem: Vereadores da Comissão Permanente de Economia, Finanças e Fiscalização; aos demais Vereadores na segunda parte das perguntas, e aos visitantes que se inscreverem no formulário, para que eu possa fazer a leitura das perguntas. O tempo concedido para as perguntas será de dois minutos, no máximo três. As inscrições estão abertas, e podem ser feitas com o nosso pessoal do Cerimonial. Eu vou começar fazendo a apresentação do relatório da consulta pública de Curitiba. (Assume a Presidência o Vereador Serginho do Posto) O SR. PRESIDENTE:- Com a palavra, o Vereador Paulo Rink. O SR. PAULO RINK:- Bom dia, senhores, senhoras. (V) É com muito prazer que fazemos esta Audiência Pública, um relatório da consulta pública da Câmara Municipal. Qual foi a intenção, conversando com o Filipe da Comunicação, e com os demais funcionários dessa comissão? Sempre teve a consulta da Prefeitura - e que foi feita também e que a Daniele vai explicar aos senhores na sequência. Mas a Câmara Municipal, dessa vez, inovando junto com a Comunicação, teve uma metodologia diferente de uma pesquisa, tanto na internet, nas regionais, que foi veiculada do dia 1º de outubro a 18 de outubro nas regionais, e ficou aberta até 23 de outubro nas redes sociais. Total de participações que tivemos aqui foram de mil e noventa e nove participações. Vou seguir um pouquinho a apresentação, e já tenho mais informações. O marco legal é o Estatuto das Cidades e temos que cumprir essa lei. Temos que cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal. Os principais conceitos da campanha são os blocos triangulares, que se juntam na ideia de que cada curitibano faz a contribuição para ajudar no futuro da cidade. Artes e textos convidativos, com

linguagem do dia a dia, que fazem a pessoa se sentir mais perto da comunidade e da Câmara Municipal. Fotografias de Curitiba que ilustram alguns tópicos em discussão. Como foi feita a divulgação que eu vinha falando? No site da Câmara Municipal tinha um banner, e toda a hora que se entrava no site principal tinha o banner da consulta, você tinha as redes sociais, Facebook, Instagram, Twitter, e tinha as notícias que o site vinha publicando para o pessoal da nossa imprensa. Offline tinham os cartazes, as urnas nas regionais e também o formulário físico para a entrega. Alguns exemplos que temos de orçamento da nossa imagem, da cara da apresentação e que a Câmara acabou criando para esse orçamento de 2020, e que acabou dando uma identidade muito legal para esse projeto, esse processo. Tivemos aqui várias participações, se comparadas aos anos anteriores. Na reportagem que ontem foi veiculada na RPC - a reportagem virá depois - sobre a consulta pública, no dia em que terminou, nós tivemos uma participação. Quando colocamos na internet, não sabíamos como viria essa situação. Quando você pergunta sobre os anseios da população, vários tipos de respostas vêm, várias demandas diferentes da cidade que nós, como Vereadores, não temos essa informação. É muito legal você pegar, e depois eu vou disponibilizar a todos os Vereadores, as demandas da nossa população: pedidos de lombada na rua, pedidos de segurança no bairro, atendimento naquele postinho. Então, esse canal que a Câmara Municipal disponibilizou, foi uma inovação da comissão, e da nossa Comunicação dirigida pelo Filipe. E essa participação de mil e noventa e nove cidadãos de nossa cidade que vieram, de alguma maneira, fazer algum pedido. É importante que tenhamos essa informação, porque quando formos votar o orçamento no final do ano e, na sequência, depois dessa audiência pública, teremos espaço ainda para emendas dos Vereadores e depois se dará a votação. Podemos ter um pouco mais de informação sobre as necessidades de nossa população. Então, vou comparar a apuração realizada em Curitiba, da consulta pública de 2018, que absorveu os seguintes critérios: o aumento de 138% do total de participações; um aumento de 28% de participações presenciais nas audiências e nas regionais; um aumento de 3.218 das participações via site. Então, tivemos praticamente 3000% de aumento no site da nossa Câmara. Uma queda de 40% das participações via redes sociais. Nas redes sociais, por incrível que pareça, o pessoal não foi tanto no twitter, no facebook, no instagram. Eles vieram no site da página. Então, teve um acréscimo muito grande, e as redes sociais acabaram tendo um decréscimo, mas que é justificável por esse aumento. Então, o pessoal preferiu clicar no nosso site ali. Então, verifica-se em relação a essa consulta pública de 2018, que houve uma diminuição nas redes sociais. Por outro lado, aumentou muito a participação via outros meios, inclusive no nosso site. Nós temos a questão hoje dos telefones, que o pessoal está usando muito e podem fazer o seus questionamentos, as suas perguntas e suas sugestões. Agora teremos um vídeo que a RPC ontem veiculou. (É exibido um vídeo) O SR. PAULO RINK:- É muito legal, e para mim é um orgulho, pela primeira vez estar à frente dessa Comissão de Finanças. É uma experiência nova. Neste momento aproveito para agradecer toda a equipe da Comissão, que me dá apoio e que às vezes chega com um monte de papel ali para mim, para que eu possa fazer um bom trabalho. O pessoal da Comissão de Finanças e todo o pessoal de apoio da Câmara Municipal que vem me ajudando a fazer este trabalho para organizar a Comissão de Finanças. Agradeço aos integrantes que vêm fazendo o seu papel. A Comissão está com sua agenda em dia, estamos com todos os projetos já em votação ou em andamento para parecer dos Vereadores. Voltando à LOA, esse comparativo que eu fiz com a casa, que é muito engraçado, mas é mais que verdadeiro - para as crianças que estão lá em cima escutando - do orçamento de Curitiba com o orçamento de uma casa. Cada filho tem um jeito de pedir pro pai. Ah, eu quero mais segurança, eu quero mais remédio, eu quero mais esporte. E a família discute. Mas ela não tem para aquilo tudo. Então, você tem que organizar a casa e daí, claro, em tamanho maior, você tem que organizar o município. E é uma honra poder fazer frente a essa comissão e ter o apoio de toda essa equipe que vem por trás, da Câmara Municipal, o pessoal que já tem aqui o trabalho permanente. E é a primeira vez que venho fazê-lo. O impacto disso nas

redes sociais, vocês verão ali, foi de sete mil, oitocentas e vinte e duas pessoas. Seiscentos e noventa engajamentos com as publicações e compartilhamentos. (T) Na próxima temos o resultado da consulta pública, que foi do dia 1º a 23, que já falei aos senhores. Temos também a participação, via site, como ela foi distribuída para vocês terem a informação. Então, via site foram setecentos e trinta; via urnas, duzentos e trinta e quatro e via redes sociais, cento e trinta e cinco. Como comentei das redes sociais, foi uma questão que teve menos participação. (Próximo slide). A próxima é das regionais, cento e sessenta e seis não informaram, o pessoal do Bairro Boa Vista foram os que mais participaram na Audiência Pública, foram lá organizados; o Bairro Portão, com cento e trinta e cinco participações; Boqueirão, cento e onze; Cajuru, noventa e seis; Santa Felicidade, setenta e oito; Pinheirinho, sessenta e cinco; CIC, cinquenta e seis; Bairro Novo, cinquenta e quatro. Temos também o Tatuquara, com seis, mas acredito que no Tatuquara depois os Vereadores Rogério Campos e o Vereador Mestre Pop podem trazer mais sobre os anseios da população daquela região e os outros Vereadores que ali representam. Prioridade dessa consulta pública é para os senhores terem o conhecimento da população, o principal pedido da população hoje é a questão da segurança, é aquela ronda, aquela assistência que tem da presença policial. Então, esse foi o maior anseio da população na nossa pesquisa. A Prefeitura tem alguns pontos da Câmara Municipal de Curitiba, diferente da Prefeitura, mas a Daniele vai fazer já, na sequência. Na segunda opção, temos obras, educação, saúde, meio ambiente, transporte, assistência social, cultura, esporte, lazer e habitação. Então, esse é o resumo do que a população pediu para nós Vereadores na nossa consulta, usando as instituições da Câmara Municipal e também as instalações da Prefeitura, nas regionais com as urnas. Vou entregar a cada Vereador uma cópia dessa pesquisa, para que depois, no momento da votação, tenhamos mais informações. (Próximo slide). Temos aí e até mencionei da Guarda Municipal, a presença de um guarda municipal. Então, se não me falhe a memória, temos que priorizar a segurança, investir com a Guarda Municipal, patrulhamento. (Próximo slide). Das duzentos e setenta e seis sugestões sobre obras, a maioria dos pedidos eram de asfalto, priorizar as obras, infraestrutura. (Próximo slide). Educação, construção e ampliação, prioridade educação, equipe de atendimento. Também é um anseio da população. Daí está separado por bairros, que foi aquela questão das prioridades apontadas nas regionais, que também tiveram a consulta pública que a Daniele já vai falar. (Próximo slide). Calendário do nosso orçamento: Então, temos do dia 31 de outubro até 26 de novembro, para fazermos orientações para elaboração das emendas. Agora começam as emendas dos Vereadores. Então, vamos terminar a consulta pública hoje, para que os Srs. Vereadores tenham o direito de fazer a emenda nessa questão. Então, vamos ter uma reunião com os assessores no dia 4, provavelmente dia 20, 25 e 26 vamos estar abertos a receber as emendas nas sessões que fazemos aqui, aquela leitura aqui no Plenário, no dia 3, análise das emendas, daí a Comissão e a equipe técnica darão uma força muito grande naquelas emendas que estão com erro, com rubrica errada, informando aos Vereadores para tentar fazer a emenda a mais correta possível e ser atendida, porque a pior coisa é um Vereador fazer uma emenda e errar na rubrica, no texto ou na função do orçamento. Pretendemos votar na primeira semana de dezembro, entre os dias 9 e 10 será a votação da LOA, se conseguirmos vencer todos os prazos da emenda. Então, esse é o nosso planejamento, não deixar para os últimos dias do ano, como geralmente é, tentaremos organizar as emendas, organizar a votação, e tentar levar de uma maneira mais transparente possível e fazer a votação a mais serena possível sobre uma lei importante do nosso orçamento. Estaremos votando nove ponto quatro bilhões, é o maior orçamento da Cidade de Curitiba na história, tivemos um acréscimo no passado e a responsabilidade é nossa de votar emenda por emenda desta Casa. Agradecendo toda a Comissão de Finanças: Dr. Wolmir, Ezequias Barros, Jairo Marcelino, Maria Leticia Fagundes, Mauro Bobato, Professora Josete, Tito Zeglin, meu vice-presidente Serginho do Posto, que já presidiu essa comissão, já tem experiência necessária ajudando, e toda equipe que está fazendo um trabalho (I) para que a gente faça uma apresentação

para esta Casa, para a população e para quem está nos acompanhando nas redes sociais também. Queria agradecer. (Reassume a Presidência dos trabalhos, o Sr. Paulo Rink) O SR. PRESIDENTE:- Passo a palavra à Sra. Daniele para fazer a explanação do lado da Prefeitura. Muito obrigado. A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- Bom dia a todos. Hoje viemos apresentar o projeto encaminhado a esta Casa Legislativa referente à Lei Orçamentária Anual. Já tivemos as audiências públicas por parte do Município, já tivemos audiências realizadas através do Fala Curitiba, onde recebemos as informações e discutimos com a comunidade as suas prioridades. Essas prioridades foram elencadas pelas comunidades nos bairros, depois nas regionais e foram eleitas pelas comunidades as prioridades que deveriam compor a Lei Orçamentária para o exercício de 2020, que é o que nós estamos formulando agora. Essas prioridades já estão elencadas dentro da lei, elas já foram englobadas na Lei Orçamentária. Se não me engano, foram cinquenta e uma prioridades. É uma lista grande com detalhamento significativo que está disponibilizada no site da Prefeitura e pode ser observada. Não cabe apresentar uma a uma porque é uma quantidade muito significativa. As prioridades, assim como falou o Vereador Paulo Rink, estão falcadas na mesma categoria, temos a questão da segurança, temos alguma questão relacionada à saúde, a atividades físicas que são prioridades do dia a dia que a população reconhece na sua região e estão englobadas. A participação da comunidade tem sido cada vez mais trabalhada. O Prefeito tem uma ordem no sentido de que a gente esteja perto para ouvir quais são os interesses da comunidade. Essa participação vem melhorando muito, foi muito qualificada dentro desse processo do Fala Curitiba, envolve mais pessoas e essas pessoas conseguem chegar num consenso das suas necessidades e prioridades para a região. Deixamos muito daquele cenário que tínhamos no início do processo de participação, onde as pessoas traziam sua necessidade própria, pessoal, para passar a um processo onde é observada a necessidade da comunidade da região. O projeto da LOA vai trabalhar a previsão das receitas e despesas para o exercício de 2020. Aqui temos a previsão das receitas. A gente observa que as receitas tem um crescimento nominal de 0.30%. Isso é muito importante que seja observado. A receita nominal corrente cresce em 0.30%. A receita do orçamento cresce mais de 4%, mas a receita do orçamento estão colocadas as receitas relativas a investimento, a operações de crédito, a recursos de convênio. O que efetivamente toca a rotina, o dia a dia do Município é a receita corrente e essa receita corrente cresce em 0.30% de um ano para o outro. Então, a gente tem a dimensão de quanto é difícil fazer andar esse procedimento de crescimento da receita corrente do Município. Essas projeções estão baseadas na projeção de um PIB de 2.1% que o país pode não conseguir atingir até o final do exercício. E uma projeção de inflação de 3.72%, porque tudo isso é relevante. O Sr. Marcos Vieira:- Sr. Presidente, para um requerimento à Casa? O SR. PRESIDENTE:- Sra. Daniele, só um minuto. Com a palavra o Vereador Marcos Vieira. O Sr. Marcos Vieira:- Sr. Presidente, visto a importância do assunto sendo tratado gostaria de pedir a verificação de quórum. O SR. PRESIDENTE:- Acatamos o requerimento verbal do Vereador Marcos Vieira, que solicita verificação de quórum. Solicitamos aos Srs. Vereadores que registrem suas presenças para a verificação de quórum. (Os Srs. Vereadores registram suas presenças no painel eletrônico) O SR. PRESIDENTE:- Encontram-se presentes 20 (vinte) (A) dos Srs. Vereadores. Há quórum para a continuidade dos trabalhos. Com a palavra a Sra. Daniele Regina dos Santos. A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- Continuando. A receita de impostos e taxas apresentam um crescimento real, o mesmo não ocorre com as transferências constitucionais. Esta é uma realidade que estamos enfrentando já há muito tempo no Município, embora a arrecadação municipal seja trabalhada no sentido de que consigamos fazer o crescimento da arrecadação municipal. Não está acontecendo o mesmo nas transferências que vem do Estado e da União. Transferências constitucionais que são direito do Município, mas que são regidas por regras estabelecidas pelos outros entes. Então, temos uma queda nas arrecadações que vem destes entes e a nossa arrecadação crescendo não consegue suplantam essas quedas. O ajuste na taxa da Selic ocasiona uma queda na

previsão da receita patrimonial, que são as remunerações e depósitos bancários e o RPPS. Parte das nossas receitas são em função do crescimento do patrimônio que nós possuímos, tanto na previdência quanto no Município. Como os rendimentos dos investimentos em função do cenário de inflação que temos também têm caído, essa queda também atinge as receitas do município. 58.8%, ou seja, mais da metade das receitas, são geradas no próprio Município, o que é uma coisa muito distinta frente a maioria dos municípios que temos no País. A maioria dos municípios dependem essencialmente das receitas advindas de transferências constitucionais. O Município de Curitiba tem a sua saúde financeira gerando mais da metade do recurso que nós possuímos para as nossas despesas. Consta na previsão da LOA 2020 operações de crédito para a Fomento, para Caixa Econômica, para o BNDS e para o Banco do Brasil. São operações de crédito voltadas a investimentos. As operações só podem ser destinadas a investimentos. Essas operações são destinadas a investimentos na parte de manutenção urbana: dos recapes das vias, da pavimentação das vias alternativas, no programa de modernização da administração pública que tem como objetivo principalmente modernizar a interface que é feita junto ao cidadão, facilitando acessos a serviço e com isso diminuindo a despesa administrativa que o Município tem hoje e programas para a área de habitação, a habitação de interesse social. Estamos em negociação ainda com as operações de crédito junto a FD e ao BID também para investimentos no Município. (slides) O panorama das receitas do Município aqui acaba fugindo, só destacar que o azul é a maior quantidade de recursos e é a quantidade arrecadada pelo Município. O amarelo é a União, recurso que recebemos da União. E o Estado é o verde, a proporção e muito menor (P) do que o recurso que é arrecadado pelo próprio Município. A receita total que teremos para o exercício de 2020 é de nove bilhões, quatrocentos e vinte e cinco milhões de reais, sendo isso sete bilhões, novecentos e cinquenta e nove milhões, destinados a receita corrente. Dessa receita corrente, quatro bilhões, novecentos e dezesseis milhões é uma receita arrecadada no Município; um bilhão, duzentos e noventa um milhões é a transferência da União; um bilhão, cento e oito milhões de transferência do Estado e seiscentos e quarenta e quatro milhões são outras transferências. Essas transferências são transferências constitucionais. A receita de capital é uma receita hoje de quatrocentos e noventa e quatro milhões de reais, sendo operação de crédito noventa e nove milhões. As transferências de capital, trezentos e sessenta e três milhões e outras receitas correntes de trinta e dois milhões. A intra-orçamentária, que são as despesas que o Município acaba por pagar para os próprios entes. Aqui temos RPPS, que é o regime de previdência e a questão do ICS. São novecentos e dezessete milhões. E os recursos arrecadados em exercícios anteriores são cinquenta e três milhões. São recursos que são colocados em função das sobras orçamentárias dos exercícios anteriores. O SR. PRESIDENTE:- Daniele, só pedir para voltar para o slide anterior, que ficou cortado. A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- O azul são os recursos municipais, 58.8%. A União é o amarelo ali, com 19% e o Estado na cor verde, com 14%. Ali você vai ter em laranjinha, que é a operação de crédito, que é 1% e as multigovernamentais que estão representadas em vermelho, com 7%. As receitas correntes do Município são aquelas que são utilizadas para as atividades do dia a dia, que temos dentro da estrutura, como a manutenção dos equipamentos que já possuímos. ISS, que é a nossa principal e aí temos o ISS e mais a dívida ativa, que é um bilhão, trezentos e cinquenta e um milhões e quatrocentos mil. E aqui temos o grande risco, o Secretário da última vez que veio aqui já falou que a reforma tributária vai nos retirar uma grande parte do ISS. É um problema para os municípios de porte médio e para os grandes municípios. A legislação nova que está sendo trabalhada no Congresso não nos favorece e o principal risco que temos é justamente no ISS, que é um tributo muito relevante dentro do Município. Curitiba deve perder algo em torno de quatrocentos milhões só dentro do ISS. O IPTU, que também é um tributo municipal e mais os recursos de dívida ativa, oitocentos e noventa milhões. O ITBI, trezentos e onze milhões. O ITBI flutua de acordo com o mercado, é um imposto bem flutuante, de acordo com o que você vê de

movimentação no mercado imobiliário. O Imposto de Renda retido das empresas e na folha de pagamento, que retorna para o Município, mas depois é descontado no repasse do FPM. As contribuições, trezentos e oitenta e quatro milhões. Patrimonial, que são as receitas decorrentes das nossas aplicações financeiras, trezentos e quarenta e seis milhões. As taxas, duzentos e dezesseis milhões. Serviços, oitocentos e catorze e aqui temos o Fundo do Transporte, que é colocado como serviço. É recurso que é pago pelas passagens, então é um recurso que passa pelo orçamento, mas não pode ser utilizado em despesas orçamentárias. Passa exclusivamente como entrada dos recursos das passagens e pagamento das empresas que fazem o transporte coletivo. E outras receitas, duzentos e vinte milhões. Isso dá quatro bilhões, novecentos e dezesseis milhões, (M) de receitas correntes municipais. (Próximo slide). A receita tributária, este é o gráfico que sempre trazemos para demonstrar que tivemos, realmente, a partir de 2016, uma queda significativa, principalmente no ISS, que é o imposto de maior relevância no Município, e que ainda, com os trabalhos que estão sendo feitos, não recuperamos a condição que tínhamos em 2015; ainda temos uma arrecadação maior em 2015 do que a que estamos projetando para o ano de 2020. Temos o IPTU, que vem numa crescente, até em função da legislação e da valorização que se tem na área de imóveis. Temos o ITBI, que teve uma queda; ele flutua de acordo com o mercado imobiliário, que agora está começando a aquecer novamente. Temos o Imposto de Renda, que é proporcional, ele vai crescendo de acordo com o que conseguimos de retenção e com a variação da folha de pagamento. E a taxa de lixo, que houve uma crescente, a partir de 2017, com o reequilíbrio da taxa, e que hoje dá suporte totalmente à despesa de lixo que temos no Município. As transferências da União. O FPM, que também vem caindo a cada ano: duzentos e noventa e dois milhões. O SUS, o Sistema Único de Saúde: oitocentos e noventa e oito milhões, que recebemos também para as despesas. E aqui a observação clara de que, no SUS, entram oitocentos e noventa e oito milhões com a prerrogativa de que temos que atender também uma série de pessoas, que vêm nos procurar, da Região Metropolitana e de todo o restante do Estado do Paraná, custeados por esse SUS de oitocentos e noventa e oito milhões que vem para Curitiba. O Fundo Nacional de Assistência Social: vinte e dois milhões e oitocentos mil. O FNDE, que nos repassa setenta e um milhões e oitocentos mil. E convênios e outros, que são cinco milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil. Com isso, temos, de receitas correntes de transferências da União, um bilhão, duzentos e noventa milhões. (Próximo slide). As transferências do Estado, vem o ICMS; a cada ano perdemos mais ICMS. O Secretário também já trouxe essa apresentação na Câmara, demonstrando que o habitante de Curitiba conta, no ICMS, com trezentos e quarenta reais, diferentemente, por exemplo, de um habitante de Araucária, que recebe três mil e quatrocentos reais de ICMS. Então, as regras de proporção e divisão do ICMS têm um grande impacto também dentro do Município. E há uma demanda muito grande no sentido de que sejam revistas essas regras, para que os municípios também não saiam no prejuízo disso, os municípios que acabam sendo castigados por terem um desenvolvimento significativo. A questão do IPVA, quatrocentos milhões, também tem caído nos últimos anos. O IPI sobre exportações: dez milhões e quatrocentos. Programas de saúde, o repasse do programa de saúde do Estado: cinquenta milhões. E outros convênios: dezoito milhões de reais. Isso dá um bilhão, cento e oito milhões, que são as transferências do Estado. Esse quadro mostra as reduções dos repasses constitucionais. Acho importante também para que tenhamos essa visão clara de como fica a questão do ICMS, que já recebemos oitocentos e trinta e três milhões no ano de 2013, e agora estamos recebendo seiscentos e trinta milhões de reais. Então, há uma queda muito significativa: duzentos milhões de reais. Dentro do Município, é muito dinheiro. Duzentos milhões de reais, por exemplo, é o que custa para o Município o custeio da saúde de um ano inteiro. Quer dizer, quando perdemos uma saúde o ano inteiro, é muito significativo. FPM. O FPM flutua, mas não tem crescimento real, ele não consegue nem acompanhar a inflação. Então, não temos um crescimento nem para acompanhar a inflação com o FPM. (Próximo slide). As

receitas correntes. Aqui, as outras transferências, temos o Fundeb, com seiscentos e vinte e um milhões; e temos outras receitas na ordem de vinte e três milhões. O mais significativo é o Fundeb. Então, o total das receitas correntes é seiscentos e quarenta e quatro milhões, que também ainda não temos a regra definida para a próxima virada de exercício. (Próximo slide). A previsão das despesas. Vamos desdobrar agora as despesas. (J) O orçamento tem que manter o seu equilíbrio, as despesas projetadas são exatamente no mesmo montante das receitas, nove bilhões, quatrocentos e vinte e cinco milhões. Disto, oito bilhões, quinhentos e cinquenta e seis milhões são destinados às despesas correntes, aquelas que nós utilizamos no dia a dia. Desses oito bilhões, quinhentos e cinquenta e seis, quatro bilhões, quatrocentos e cinquenta e cinco são destinados a pessoal e encargos; os juros da dívida - cinquenta e quatro milhões, e as demais despesas - quatro bilhões e quarenta e sete milhões; a reserva de contingência, legalmente exigida, sessenta e oito milhões de reais. E para capital temos oitocentos milhões de reais, sendo: quinhentos e noventa e cinco milhões para investimento, sete milhões para inversões financeiras, que são investimentos nas próprias companhias, e cento e noventa e sete milhões para amortização de dívida. Grupo das despesas. Então, 52,36% das despesas estão relacionadas à pessoal e encargos sociais, 0,64% são juros da dívida, 47,57% são outras despesas correntes, 6,98% são despesas de investimento, 0,09% inversões financeiras, 2,32% amortização da dívida do orçamento, e 0,80% reserva de contingência. Despesas por função de Governo. A função de Governo não significa necessariamente Secretaria. Nós temos algumas Secretarias que têm mais de uma função orçamentária que está dentro ou colocada, como nós temos também funções que podem ter mais de uma Secretaria. A despesa de saúde, temos 23% do orçamento alocada dentro da despesa de saúde. E aqui nós estamos com o floco global, é o orçamento inteiro. É diferente dos índices constitucionais. No floco global nós temos a maior parte de recursos voltada a saúde, à Previdência Social, que boa parte desses recursos da Previdência não fazia parte do orçamento, o que nos levou a ter uma das maiores dívidas na virada do exercício de 2016. A maior dívida que nós herdamos foi a questão da Previdência, porque não foi paga e não constava em orçamento, então um grande impacto dessa dívida é a entrada dos recursos necessários à Previdência dentro do orçamento. Observa-se aqui a relevância da função previdenciária dentro do orçamento municipal, 20%. Então, 19% está relacionada à atividade de urbanismo, e aqui temos manutenção urbana, todas as questões das vias e semaforizadas, tudo está aqui dentro. E 18% é a função educação. Aqui temos os menores índices, cai bastante os valores, estão relacionadas à administração, em encargos especiais, saneamento na ordem de 3%, gestão ambiental 2%, assistência 2,30%, segurança pública 2,70%, legislativa 1,82%, e uma série de outras funções com percentuais bem menores em torno de 4,30%. A evolução dos precatórios. Também foi uma coisa que nos pegou no sentido de conseguir colocar dentro do orçamento os valores necessários aos pagamentos de precatórios. A gente pode ver que isso é uma coisa que é demandada pelo Poder Judiciário, não há um controle do município sobre o que vai pagar de precatório, independe das questões que vão sendo vencidas ou perdidas na Justiça. Mas nós tínhamos uma margem em torno de quarenta bilhões para os precatórios e, em 2017, vai para cento e treze milhões de reais, cento e quatorze milhões de reais. Então, é um volume muito acima do que se esperava para que dê margem ao pagamento do precatório. Curitiba não tem atraso em precatório, é uma das poucas cidades que não tem problema com precatório e isso acaba sendo uma penalidade para o município o fato de estar em dia, porque quando está em dia (K) nós temos que pagar o valor que nos é enviado. Quando está em atraso isso pode ser parcelado. Há um limite dentro da receita corrente líquida para ser pago, ou seja, existe um planejamento, existe um parcelamento. Nós continuamos mantendo em dia, mesmo diante dos avanços que tivemos nos valores de precatórios nos últimos anos. Para o ano de 2020 devemos ter um valor um pouco inferior do que tivemos nos outros anos. (Slide). Aqui é um cenário onde vemos que de 2013 a 2016 foi pago pelo Município cento e trinta e nove milhões de reais em precatório. De 2017 a 2020

vamos pagar trezentos e vinte e oito milhões em precatórios. Então, quando você tem um acréscimo de trezentos milhões nas despesas de previdência, um acréscimo de duzentos milhões nas despesas com precatórios isso vai se somando e vai vindo o tamanho da despesa que teve de ser acrescida dentro do orçamento municipal, com uma queda na receita, por exemplo, do FPM, de duzentos milhões de reais. Aqui temos o reflexo dos aportes do regime próprio da previdência, em 2018, para mostrar como são crescentes esses aportes. Eles continuam crescentes por trinta e cinco anos, até que a gente consiga formar todo o fundo da previdência. E isso não constava em orçamento antes, então, agora que está aparecendo no orçamento os valores que estão sendo acrescidos; em 2018, trezentos e treze milhões; 2019, trezentos e vinte e um milhões; e 2020, trezentos e cinquenta e um milhões. Então, a cada ano nós temos um acréscimo nos valores dos aportes. E estamos nesse patamar porque foi feita a reforma da previdência, senão, estaríamos passando de um bilhão nesses valores. Totalmente inviável a forma como estava estabelecido. Aqui é só um reflexo. Em 2017 a previsão orçamentária para o regime de previdência era zero dentro do orçamento, embora a despesa existisse. Não foi pago 2016. Nós tivemos uma dívida, em 2016, de mais de quinhentos milhões na área da previdência, não havia previsão para 2017. Então, só em 2017, mais de oitocentos milhões tiveram que ser destinados a isso. Foi feita a negociação da dívida, e tivemos que colocar no orçamento os recursos que não estavam previstos. A partir de então, 2018, 2019 e 2020 as leis orçamentárias feitas pela gestão do Prefeito já trazem o regime de previdência dentro da lei orçamentária. A redistribuição da dívida. Esse trabalho foi feito no sentido da novação da dívida com as empresas, inclusive a questão da previdência do Município, e foi o que nos possibilitou sair de um cenário em que tínhamos as despesas na ordem de cento e noventa e seis milhões, em 2016, e iria para quatrocentos e noventa e três milhões, em 2017. São despesas que não tinham configuração de empenho, não estavam incluídas dentro do orçamento. Então, na novação que foi feita com essas empresas nós trouxemos a despesa para dentro do orçamento e estamos caminhando no sentido de zerar essa dívida, e não permitimos a criação de uma dívida na sequência. Então, além de equilibrar as despesas que estavam para trás, nos anos seguintes não foi permitida a criação dessas despesas. Nós caminhamos para encerrar isso, no ano de 2020 não ter mais nenhuma. Eventualmente, finalzinho do ano sempre tem alguma coisinha, mas é assim, cem mil, não de cem milhões de reais. (Próximo slide). O panorama dessas dívidas municipais. O que tínhamos em 2016, que era seiscentos e quatorze milhões, e quanto estamos em agosto, foi fechado um panorama de duzentos e trinta e um milhões. Já saiu mais um leilão, agora no mês de outubro, que já diminuiu um pouquinho mais essa dívida. Conseguimos também fazer as quitações de algumas outras dívidas, então isso está cada vez diminuindo mais. Ainda teremos uma dívida maior, que principalmente é vinculada ao IPMC, mas as demais dívidas estão praticamente sendo quitadas. No final do exercício que vem devemos ter a quitação, a não ser essas que são mais de longo prazo. (Próximo slide). Aqui a questão dos leilões, (V) embora as empresas façam a novação para a quitação das dívidas em sessenta meses, havendo a possibilidade orçamentária, foi feito o leilão reverso, onde o município disponibiliza o crédito e as empresas se propõe a dar um desconto, para que possam receber à vista aquilo que está negociado em sessenta meses. Foram feitos aqui onze, agora já são doze leilões. Foi disponibilizado um crédito de cento e oito milhões às empresas, e as maiores dívidas que tínhamos as empresas já quitaram. É a primeira vez, em muito anos em Curitiba, que não temos dívida alguma com a empresa de limpeza do município, a coleta em peso do município, porque em um desses leilões foram quitadas as últimas parcelas que tínhamos em dívida com a Cavo. Para o município é um grande feito, porque virávamos o ano com mais ou menos, seis meses a pagar da despesa. O que significava que o dinheiro que tínhamos para pagar a despesa no ano, que já era pouco, tínhamos que fazer, não dava para rodar nem em seis meses. Era uma dívida constante, que acabavam depois nos precatórios, como vimos, com os valores sempre crescentes. Então, isso foi cortado. Renegociamos e pagamos a dívida, e a empresa está com os

pagamentos em dia. E a grande maioria dos municípios deste país não está nessa condição. O pagamento da dívida da questão do lixo é um problema na grande maioria dos municípios. Então, disponibilizamos cento e oito milhões. O desconto dado foi de dezenove milhões. A economia para o Município foi de dezenove milhões de reais, dentro desses créditos. E quitamos oitenta e nove milhões. Metas e limites: a dívida externa. Temos a agência francesa, que tem 34%, e com o BIRD temos 66%. Estamos num valor muito, mas muito inferior ao que é permitido legalmente. Estamos muito abaixo do limite legal quanto à questão de contratação de operações de crédito. Temos uma Capag em condições de conseguir créditos internos, externos, sem problema algum. Também é uma coisa que poucos municípios podem dizer que têm, e isso vem do equilíbrio que foi apresentado. Não tínhamos essa condição antes. Não tínhamos certidão, não tínhamos Capag e não tínhamos como fazer essas contratações. Agora temos uma condição que nos possibilita fazermos as contratações. Mas o Município de Curitiba, historicamente, tem uma contratação de dívida sempre muito abaixo dos limites que são possíveis, até por uma questão de saúde financeira mesmo. O perfil da dívida interna. Então, temos com a Agência de Fomento um pouco ainda, a Caixa Econômica, tudo isso aqui tem muito vínculo com os PACs que foram liberados. Isso tem lá desde 2012, 2013. Com o BNDS temos nove milhões. A Cohab ainda tem um milhão, duzentos e oitenta e seis mil reais, Banco do Brasil treze, o ICS treze, que já foi quitado também, Pasep, porque é uma dívida eterna que os municípios têm, e que também está se buscando uma alternativa junto à União. Hoje o valor do Pasep que pesa no município é muito maior. Se tivéssemos que pagar o Pasep a todos os funcionários, seria muito, muito menos do que temos que pagar à União por uma dívida e um cálculo que está vinculado à receita e não efetivamente à quantidade funcionários. A dívida do INSS, nove milhões; precatórios, noventa e um; novação, temos quarenta e cinco milhões, e a grande dívida que temos ainda é com o sistema de previdência, porque aqueles quinhentos milhões, que não foram pagos, foram renegociados junto à Previdência para pagamento durante duzentos meses. Então, aquilo que não foi pago nos exercícios de 2015/2016, custará ao município duzentos meses para regularizar. E o Conresol que também é de três, trezentos e quarenta, que também quita-se este ano. O Conresol é o consórcio do lixo. Tinha também sido deixadas em aberto algumas parcelas (T) com o consórcio do lixo, que é Curitiba e as cidades da Região Metropolitana. O índice de saúde, na proposta para o exercício do ano que vem, está em 21,95%, o índice constitucional é 15%. Observe-se que cada 1% disso aí são mais de quarenta milhões de reais, acho que mais de sessenta hoje, cada 1% a mais. Então, é significativo o esforço do Município para que consigamos manter a qualidade dos serviços de saúde, que todos nós sabemos que é uma área que demanda cada vez mais recurso, até porque existe muita tecnologia de ponta, e temos um cenário na população do Brasil, que nos leva a crer que teremos uma despesa de saúde cada vez maior e isso já está presente, a qualidade apresentada no serviço de saúde tem um custo significativo para o Município, que vai muito além do recurso do SUS. Então, temos um bilhão novecentos e cinquenta e oito, que estão sendo aplicados nas despesas de saúde, sendo que o SUS nos manda novecentos e cinquenta e seis milhões. Quer dizer, tem um milhão a mais de recursos sendo colocados aí em cima. Próximo: A saúde era um caso típico em 2016, que acho que foi a situação mais séria, a saúde dispunha de recursos do Município em seu orçamento, dezoito milhões de reais. Era isso que estava colocado no orçamento, embora a despesa da saúde naquela ocasião, fosse de cento e sessenta milhões de reais. O espaço entre o que tínhamos de recursos e aquilo que efetivamente foi gasto, eram despesas que estavam sem os devidos empenhos, contrariando a norma orçamentária essas despesas geravam uma pressão no orçamento seguinte e desorganizavam a conta. Isso não foi possível regularizar de imediato, porque é um valor muito significativo e estamos regularizando isso ano a ano, e no exercício de 2020 nós deveremos ter todas as despesas da saúde dentro do orçamento já regularizado. Não foi deixado em nenhum momento, que as despesas ficassem sem os devidos empenhos, nesses últimos anos foi feito um empenho para chegar ao

valor necessário, mas isso foi sendo suplementado à medida que tínhamos o andamento e os ajustes do orçamento. No ano de 2020 a saúde já inicia com os recursos necessários à sua execução orçamentária e assim nós endireitamos, talvez, o último ponto que tivéssemos ainda, para organizar dentro da proposta orçamentária. Então, em 2020 nós temos uma proposta bastante saneada. Educação, sai com percentual de 26,27% das despesas. A educação tem uma observação a ser feita, que por mais que 26,27% na educação, acaba sendo sempre significando um valor muito maior a ser aplicado, embora não entre no cálculo a educação tem uma série de despesas que não participam do cálculo do índice, que são despesas que não são contadas para o índice da educação, mas que ocorrem na Secretaria. Parte, por exemplo, da alimentação, parte das despesas realizadas diretamente com as crianças nas atividades rotineiras, elas não podem fazer parte do computo dos recursos do índice da educação. Portanto, 26% é o que é cabível dentro do índice, mas fora isso existem outros recursos ainda que fazem parte do orçamento da educação. A previsão total do orçamento da educação é um bilhão, quinhentos e setenta e nove milhões de reais. Criança e adolescente, temos ações voltadas, exclusivamente, para criança e adolescente, dentro das determinações legais, que giram em torno de cinquenta milhões, são ações de execuções obrigatórias e as não-exclusivas, na ordem de um bilhão, novecentos e um milhões. São enfoques orçamentários diferentes, nós temos por função, esta é uma subfunção de criança e adolescente. Então, isso está espalhado dentro do orçamento do Município. (I) Dada a lógica orçamentária isso está dentro do orçamento do Município, essas não exclusivas, mas elas somam um bilhão, novecentos e um milhões. O total dessa previsão na LOA é de um bilhão, novecentos e cinquenta e um milhões de reais. Os investimentos. Recursos do Tesouro para o investimento são na ordem de cento e treze milhões; e outras fontes, quatrocentos e oitenta e um milhões, que fecham na previsão orçamentária quinhentos e noventa e cinco milhões. Nós teremos ainda investimentos que estarão pautados em recursos de superavit que não entram no orçamento porque o orçamento descreve os recursos do ano e as despesas do ano. Na abertura do orçamento do ano que vem, na execução esses recursos de superavit entram, daí são feitos créditos onde esses recursos entram no orçamento para dar também um suporte a mais despesas de investimento. Então, o investimento vai subir frente ao que está aqui. Na lei para os recursos do ano que vem são quinhentos e noventa e cinco milhões, que é 7%, que já é bastante significativo no cenário que nós temos. Alguns investimentos que estão previstos: a complementação da Linha Verde, o trecho 4A, a Estação Solar e Fagundes Varela até a Estação Atuba; o trecho 2.1, viaduto Estação Tarumã; a ampliação da capacidade e velocidade do Inter 2; a trincheira da Nossa Senhora Aparecida; a linha do Inter 2, que é o BID que está sendo negociado; o aumento da capacidade do BRT Sul, Leste, Oeste; o Terminal Tatuquara; a complementação da Praça do Japão até o Terminal Pinheirinho. Isso aqui estava previsto com recurso da União. Não tivemos ordem da União até esse momento. O Prefeito entende a relevância da obra e trouxemos para o orçamento municipal. Então, está sendo aplicado recurso do Município no sentido de que a gente consiga terminar essas obras. Se vier o recurso da União depois nós podemos fazer a alteração disso, mas não vamos esperar que isso aconteça. O projeto de gestão de risco climático, que é a questão do Bairro Novo, da Caximba. Dez obras de habitação de interesse social. Quarenta quilômetros de pavimentação alternativa; sessenta e nove obras de circulação viária; 2,3 quilômetros de implantação de calçadas em vias públicas; cinco quilômetros de ampliação de rede de iluminação; as cinco bacias com obras de drenagem, gestão de risco, aí temos os rios Barigui, Belém, Atuba, Iguaçu, e o Ribeirão dos Padilhas; três obras de drenagem e saneamento, que é uma continuidade do plano diretor de drenagem. Oito parques e bosques. Tem a questão do Parque do Geossítio e Campo de Santana, segunda etapa da implantação; o Parque Iguaçu no setor náutico, setor de zoológico; Barreirinha; Passaúna; da imigração japonesa. Observando sempre que a manutenção e a ampliação dos parques são importantes porque auxiliam no processo de controle de cheias e viabilizam a manutenção urbana de uma forma mais adequada, além de ser,

claro, uma questão de entretenimento. O Bosque Gutierrez passa por uma revitalização. Dez áreas de lazer: as praças Carlos Gomes, Ouvidor Pardini; Bosque Alemão e Tanguá com a questão da acessibilidade; o Jardim Ambiental da rua Schiller com cercamento das pistas de skate; Praça Antônio Bertoli, fechamento de quadra coberta; Luzimar de Maria Dionysio, que é o campo de grama sintética; área de lazer no Tatuquara e nas regionais, de maneira geral a revitalização; e áreas de playground e melhoria. O Plano Municipal de Saneamento Básico com obras e melhoria do Memorial Paranista no Parque São Lourenço; obras de melhoria do Zoológico e Jardim Botânico; Museu de História Natural; Cemitério do Santa Cândida e Zona Sul. Esse plano está atrelado ao fundo de saneamento e também foi feito em função do contrato de concessão com a Sanepar. A geração da energia renovável: as centrais de geradoras de energia; sistema de fitorremediação da Bacia do Belém; o consórcio intermunicipal de gestão de resíduos sólidos urbanos, que é a questão do tratamento do lixo que vai se trabalhar; dez ecopontos para resíduos de construção civil; as implantações dos ecopontos que hoje é um dos grandes problemas que nós temos na região periférica da Cidade; quatro CMEIs (A) as novas construções, Aroeira, Dom Barusso, Cidade de Itália e um na Regional Tatuquara. Uma escola municipal, que é a construção da Escola Aroeira. CMEIs, tem mais dois relacionados a reforma e ampliação: CMEI Piquiri e um na Regional Bairro Novo. Escolas municipais, reforma e ampliação, na Santos Andrade e Walter Hoerner. Duas quadras cobertas, na Escola João Cruciani e na Escola Belmiro Cesar. Os Centros de Apoio Estratégico e Educacional, readequação dos espaços. Construção da Unidade de Saúde Umbará. Três espaços de saúde: Xapinhã, São Miguel e União das Vilas. Reforma e ampliação de um equipamento de saúde; construção do Armazém da Família, do Capanema; construção do Restaurante Popular, do Tatuquara e o Restaurante Popular da Matriz que será reformado e requalificado. Dois equipamentos de segurança, na Regional Cajuru e na CIC. Cento e sessenta e cinco intervenções na circulação e sinalização de trânsito. Três equipamentos sociais, a construção e ampliação da Casa de Passagem Plínio Tourinho; no CRAS Portão; e o equipamento social que será colocado no local do antigo Laboratório do Parolin. Nove equipamentos sociais de reforma, UAI Casa do Piá IV e Nova Esperança; o CRAS São Braz, Iguazu e Vila Sandra, Liceus de Ofícios, a Sede da FAS e a FAS Regional CIC. Quadras poliesportivas, temos uma; duas quadras de mini-tênis; quatro equipamentos de esporte e lazer, no CEL da Rua da Cidadania do Carmo; nos ginásios das Ruas da Cidadania Boa Vista, Santa Felicidade e Portão. Três equipamentos turísticos que serão revitalizados: o Palacete Wolf; CAT Jardim Botânico; e a Torre Panorâmica. Espaços culturais com reforma e ampliação: Solar do Barão e Moinho Rebouças e a Casa Franco Giglio. Região do Vale do Pinhão, desenvolvimento da cultura e empreendedorismo. Ruas da Cidadania da CIC, construção da CIC e a revitalização das ruas atuais com reforma. O PMAT - Programa de Modernização da Administração Tributária, que temos a continuidade do programa e a sua efetiva implantação em diversas novas frentes. E a Academia ao Ar Livre que teremos as implantações. Os contratos. O cenário que nós temos dos contratos concluídos em 2017 a 2019, já temos cento e quatorze contratos concluídos em investimentos, cento e setenta e nove milhões, 41% desses contratos foram iniciados e terminados nessa gestão. Contratos em andamento, setenta e cinco, temos 60% iniciados nessa gestão que montam seiscentos e noventa e dois milhões, são obras relevantes e por isso com um tempo de duração maior. E os contratos em aguardo de OS, empenho e em licitação, cento e três milhões. Ou seja, temos praticamente um bilhão em obras que já aconteceram ou estão acontecendo dentro do Município. O projeto da LOA que foi remetido, é este que está entregue, o descritivo do projeto é este. Estamos abertos à participação. Obrigada. O SR. PRESIDENTE:- Obrigada, Dra. Daniele dos Santos, Superintendente da Prefeitura. Dando andamento, vamos abrir a perguntas. Primeiramente aos integrantes da Comissão de Finanças, as perguntas relacionadas ao orçamento. Temos o Vereador Mauro Bobato inscrito. Vamos fazer a cada bloco de três perguntas, Daniele, para ficar mais tranquilo para você responder. A

inscrição está aberta. O primeiro inscrito é o Vereador Mauro Bobato. O SR. MAURO BOBATO:- Obrigado, Presidente Paulo Rink. (P) Gostaria de parabenizar o pessoal da equipe da Secretaria de Finanças por apresentar um orçamento enxuto e exequível. Confesso que fiquei um pouco aborrecido, porque tinha uma previsão de cem quilômetros de asfalto e sei que num segundo momento estaremos trabalhando isso aí. Existe o quesito político, ano eleitoral, são coisas para acontecer mas eu tinha uma expectativa um pouco maior. Agradecer a inclusão da Unidade de Saúde Umbará I. Falando sobre a queda de receita, porque a receita do ICMS vem caindo em razão do momento econômico. Sei que o Vítor está acompanhando a reforma tributária, essa inversão de valores que vai todo esse dinheiro para o governo federal e a dificuldade de conseguirmos mais recursos aqui. Também fico preocupado porque passamos por algum impacto, até na região que eu moro e não é uma alta no IPTU, é uma readequação da planta genérica, mas teve um avanço. O que me preocupa é a capacidade - por um momento econômico que vivemos e também a Prefeitura não tem culpa disso - do cidadão acompanhar essa evolução. No mais só parabenizo. Nesses três anos comecei a entender um pouco mais a Finanças e parabenizar pela explanação e pela assertividade, porque está sendo colocado tudo no papel, o que tem que se fazer. O repasse para o IPMC antes não cabia no Orçamento e o próprio FUC, que está contando ali como "outros serviços", mas não é dinheiro que entra como receita, é um dinheiro que vai para o serviço público. No mais parabenizar a equipe, agradecer a oportunidade de acompanhar esse trabalho e tentar entender melhor. Não tinha questionamento, mas só gostaria de saber alguma coisa, porque a previsão inicial era a implantação de cem quilômetros. Hoje serão quarenta, mas é claro que é uma coisa exequível que vai ser colocado, mas por que diminuiu essa verba? Obrigado. O SR. PRESIDENTE:- Com a palavra ao Vereador Ezequias Barros. O Sr. Ezequias Barros:- Obrigado. Quero parabenizar a Daniele pela exposição. A minha pergunta é o que são os outros naquele gráfico apresentado? Entendi que é 4% ali, que é um valor razoável. Nesses três anos após o plano de recuperação da cidade, já foi depositado pelo que a senhora passou, cerca de um bilhão para a previdência dos funcionários do Município, é isso? Algo que já não acontecia há alguns anos. O que havia era um rombo ali, uma dívida não paga pelos governos anteriores. Só para eu entender, então nos três anos são cerca de trezentos e poucos milhões por ano, pela soma ali é praticamente um bilhão. Parabenizar a Secretaria de Finanças na pessoa do Secretário Puppi e o trabalho de todos vocês pelos leilões que vem fazendo, quitando as dívidas com os fornecedores, que eram os mais prejudicados com essa questão, e também trazendo economia de mais de 15% do valor da dívida. Creio que é importante também frisar isso aqui. Uma coisa que me chamou também a atenção que é o que não tínhamos em 2017, que é um investimento de cerca de seiscentos milhões para 2020. Era zerado para 2017, quer dizer, até existia naquela conta inicial de trinta milhões, mas não tinha. Então, um investimento de quase seiscentos milhões já programado para o ano que vem. Acho que isso. No mais parabenizá-los pelo trabalho da Secretaria. Estamos vendo a cidade andando, com muita coisa ainda por fazer. Até comentei com a Daniele a respeito de algumas escolas, com os pais reclamando de algumas situações, mas isso vamos ver pontualmente com a Secretaria para poder resolver. Muito obrigado. O SR. PRESIDENTE:- Com a palavra a Vereadora Professora Josete. A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Bom dia a todos e todas. Agradecer a presença da Daniele e dos demais membros da Secretaria de Finanças. Sabemos que essa é uma audiência promovida pela Câmara, mas obviamente como não é a Câmara (M) que constrói o orçamento, precisamos das explicações da Secretaria de Finanças. Tenho alguns questionamentos, tomara que dê tempo para fazê-los agora. Queria, se fosse possível, retomar aquele slide que fala de dados gerais sobre asfalto, recapeamento, não consegui pegar todos os dados. São quatro vírgula seis milhões para recapeamento... Quarenta e cinco milhões... E tinha, parece-me, mais um dado. Se possível, gostaria de ter o total de recursos destinados para recapeamento e asfalto. O que nos intriga, em alguns momentos, e não conseguimos medir isso, são duas afirmações que temos ouvido muito nessa gestão. Uma delas é

que antes a previdência não compunha o orçamento e que, por isso, acumularam-se algumas, podemos chamar de dívidas ou, não sei se isso faz parte de despesa não empenhada também. E a outra questão são as despesas não empenhadas. Até onde sabemos, isso vem de várias gestões, não é só da gestão do ex-Prefeito Gustavo Fruet. Então, gostaria de uma resposta técnica. Para mim, talvez a decisão disso não esteja no orçamento, seja uma decisão política das gestões. Mas, tecnicamente, essa prestação de contas que vai ao Tribunal de Contas, o Tribunal de Contas não teria que ter identificado isso? Nós não sabemos disso, porque essas contas nem chegaram para nós ainda, parece que a última que chegou foi de 2009. Então, qual a leitura técnica disso? As certidões que não estavam sendo expedidas pelo Tribunal de Contas tinham relação com essas despesas não empenhadas e esse "registro", entre aspas, no orçamento, que diz respeito à previdência? Para mim, isso é uma dúvida. Também, outro questionamento que tenho é em relação aos precatórios. Quais são, para o orçamento do ano que vem, que é o que nós estamos (Término do tempo). Qual é a origem desses precatórios? O que levou a esses precatórios que estão previstos para pagamento no ano que vem? Eu gostaria também de fazer um comparativo aqui, quando você apontou aquele gráfico em relação à função de governo. Então, temos lá, em primeiro lugar: 23,02% para a saúde; previdência, 20,56%; urbanismo, 19,57%; educação, 18,54%. Gostaria que você colocasse um pouquinho o detalhamento do urbanismo, o que é que compõe esses 19,57%. Tá? Porque estamos aqui acompanhando algumas questões em relação à educação. Diz respeito a todos os servidores, mas estou tratando aqui mais especificamente da educação, que é o congelamento do plano de carreira. Se vocês têm dimensão do que significaria, num primeiro momento, a implantação da última etapa do plano, esse enquadramento dos professores do ensino fundamental e da educação infantil. Isso corresponderia a um percentual de quanto, dentro desses 18,54%? (Término do tempo). Só para concluir. E você falou, e isso eu acompanho, né?, que é a manutenção e desenvolvimento da educação, que há várias despesas que não podem ser colocadas dentro dos 25%. Então, gostaria de saber se, essa diferença de 26,27%, esse 1,27% são todas essas outras despesas ou existe outro gasto? Onde ele está... Gasto não, para mim, é investimento. Onde estão situados esses investimentos com a educação, fora dos 25%? E qual é esse percentual? O SR. PRESIDENTE:- Obrigado, Vereadora. Agora devolvemos a palavra à Dra. Daniele. (J) para responder aos questionamentos dos Vereadores Ezequias Barros, Mauro Bobato e Professora Josete. E, no próximo bloco, temos inscritos os Vereadores Mauro Ignácio, Noemia Rocha. A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- Vamos começar respondendo ao Vereador Mauro Bobato sobre a queda do ICMS, a motivação da queda do ICMS. O ICMS é pautado numa série de regras, 50% é dividido para os municípios e 50% para os estados e esta divisão dos municípios está pautada por uma série de regras criadas por lei dentro do Estado. Essas regras hoje não têm vínculo algum, por exemplo, com quantidade populacional. Elas têm vínculo com área rural, tem vínculo com a de produção de ICMS no local, tamanho do município. São vários os detalhes. Hoje essas regras priorizam os municípios menores e principalmente aos que estão vinculados à área rural. O SR. MAURO BOBATO:- Presidente, permita-me? (Assentimento). Mas quando se fala em um volume de trezentos e quarenta reais per capita para Curitiba e três mil para Araucária, é uma coisa surreal também, com todo o respeito à Araucária. A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- É surreal mesmo, mas é exatamente isso. Hoje, dentro da região metropolitana, Araucária é quem recebe o maior valor, principalmente o maior valor por habitante. Então, o que tem sido conversado com os deputados é justamente neste sentido de que essas regras, entendemos a prioridade de desenvolvimento do interior, que também é importante, mas que o desenvolvimento do interior leve para o interior também algumas despesas que temos que manter na capital, que nós temos mantido na capital e isso está relacionada à área de saúde. A área de saúde, todo o tratamento, o que se chama de alta complexidade, é feito dentro da capital com os recursos destinados à capital, embora os recursos de ICMS do Estado estejam sendo voltados ao interior. Então, é

preciso ter uma contrapartida da despesa para que não sobrecarregue o orçamento municipal e também tem que ser justo com o que o município gera. Curitiba gera a maior parte do ICMS do Estado e, no entanto, não recebe a maior parte do ICMS do Estado. Então, que isso pelo menos tenha um equilíbrio justo no sentido de que o município não continue perdendo as receitas. Mais de duzentos milhões, nós perdemos uma Saúde durante esses últimos exercícios. Então, é muito significativo e acaba penalizando o município, mas são regras determinadas pelos senhores deputados. Quanto à pergunta do Vereador Ezequias Barros sobre outros 4%, ali na despesa. Estão relacionados às despesas essenciais à cultura, desporto e lazer, habitação, trabalho, direito da cidadania e indústria. Observando de novo que isso trata de funções, não são as despesas executadas por cada Secretaria, são funções orçamentárias. É uma forma de organizar as informações orçamentárias. O IPMC, sim, nesses últimos anos o município pagou o valor de quase um bilhão de reais para a Previdência do IPMC. Isso porque houve a reforma, Vereador, porque se não houvesse a reforma teríamos que pagar em torno disso por ano. Então, a reforma nos possibilitou adequar isso e nesses anos estamos pagando um bilhão de reais sim para o IPMC. O leilão das dívidas é bem importante, é bem significativo, porque, além de diminuir os valores, também não teremos que pagar juros dessas dívidas. Além disso, facilita também para os nossos credores. Muitas vezes é mais importante dar o desconto e receber os recursos, viabilizando a empresa, do que contratar créditos para pagar esse recurso. Os investimentos. O que fez subir o investimento, e ele sobe de forma vertiginosa e é o ponto importante que nos temos no orçamento, porque o investimento é o que possibilita o desenvolvimento da cidade, o que fez foi a reforma feita dentro das estruturas do Município. (K) É um ponto que precisa sempre ser colocado. A coragem de fazer aquilo que foi necessário é importante para que tenhamos o ganho que a cidade está vendo agora. Os ganhos é que garantem o desenvolvimento da cidade, possibilitam o desenvolvimento da cidade e, com isso, uma divisão econômica, mais investimentos, melhora da condição e da qualidade de vida. Mas, ele está relacionado essencialmente à organização financeira pela qual o Município passou. Sem isso, nós não teríamos nenhuma possibilidade de investir. Professora Josete, a questão da pavimentação. No primeiro slide são receitas de operações de crédito que estão sendo buscadas. Então, quatro vírgula seis na Fomento; dois vírgula cinco na Caixa; o BNDES quarenta e sete milhões, mas aí já é PMAT, não tem nada a ver. O resumo é que tem quatro vírgula seis milhões. É essa? A SRA. PROFESSORA JOSETE:- É quatro vírgula seis de resumo, e quarenta e cinco milhões para pavimentação de vias alternativas A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- Isso, as alternativas são as de saibro, Vereadora. São as vias de saibro, que hoje não têm pavimentação alguma e que passarão por um processo de pavimentação. A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Esses quarenta e cinco milhões, é asfalto definitivo ou é antipó? A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- É asfalto definitivo. A SRA. PROFESSORA JOSETE:- (Inaudível. Fala fora do microfone). A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- AFD é agência francesa. A SRA. PROFESSORA JOSETE:- E OC é operação de crédito... A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- Exato, OC - operação de crédito. A SRA. PROFESSORA JOSETE:- E nesses cento e sessenta e quatro milhões, existe dentro disso pavimentação asfáltica também? A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- Também tem alguma coisa de pavimentação. A SRA. PROFESSORA JOSETE:- E você tem ideia de qual é o montante disso? A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- Não tenho. Ainda nem chegamos a esse fechamento junto a AFD. Nós estamos trabalhando com a AFD no sentido de trazer essas A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Tudo bem, eu entendo que estão negociando, Vereador Serginho, mas quando você vai negociar, vai com um valor X... A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- Já temos alguns projetos. Os projetos são encaminhados junto a AFD, e junto com a AFD, que já veio em algumas missões aqui, é trabalhado o processo. Na AFD, significativamente tem a questão da Caximba. Então, tem muito recurso vinculado à questão da Caximba. A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Lá é em torno de cento e vinte milhões, certo? A

SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- Isso. Mas, também tem outras ações. Daí, a AFD vem, faz a verificação dos projetos e depois, junto com o Município, determinam o que vai ser enquadrado lá. Está nessa etapa. Por isso não temos isso fechado ainda. A questão das despesas sem empenho. É verdade, historicamente temos tido sim um processo de despesas sem empenho, que foi crescendo e chegou realmente num limite muito alto na última gestão que tivemos, anterior à do Prefeito. Mas, ela vem de uma história. Não é pega pelo Tribunal de Contas, porque o Tribunal de Contas possuía informações relativas àquilo que estava no orçamento. Como essas despesas sem empenho ficavam fora do orçamento, não chegava ao Tribunal essa informação. Claro que com o advento que a gente vem tendo da informatização dos sistemas e do aprimoramento dos sistemas, isso começou a ser detectado pelo Tribunal. Então, o Tribunal já tem informações a respeito disso, principalmente no empenho que é feito no ano seguinte. Mas, há alguns anos, realmente, o Tribunal não tinha informações em função dessa questão tecnológica. Agora, como você disse, se isso é uma responsabilidade, se era uma decisão, a decisão ocorre no fato de não arrumar. Entende? Quer dizer, a decisão é pelo fato de decidir não internalizar isso, de não tomar as providências necessárias para que isso fosse corrigido. É isso que nós falamos, a condição que temos hoje decorre da decisão corajosa de arrumar e de fazer o que tinha que ter sido feito, (V) e que nós não tivemos. Entende? Então, isso que é o mérito da gestão que está aí, a decisão de arrumar o que tinha que ser feito, de tomar as decisões que tinham que ser tomadas. E isso possibilitou a entrada de todas as despesas no orçamento, bem como agora, a melhoria dos quadros que temos aí, de investimentos, para que possa seguir com os trâmites. A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Daniele, em relação à Previdência. Você também, não só você, mas em outros momentos o secretário tem colocado que também não compunha o orçamento. Qual é o tipo de fiscalização por parte, agora já mudou tudo, mas era o antigo Ministério da Previdência, enfim, como se dava a fiscalização por parte do Ministério? A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- O Ministério faz a fiscalização efetivamente sobre o que foi pago. Existe um sistema onde é vinculada a informação do que efetivamente foi pago nas contas para a Previdência. Então, tinha a informação do que se recebia. E por mais que não fizesse parte, em anos anteriores tivemos pagamentos, o que ajudava a desorganizar o processo orçamentário. Por quê? Porque você fazia um pagamento que não estava dentro do orçamento e, conseqüentemente, usava uma receita que estava no orçamento para isso, e faltava recursos para as despesas que estavam previstas para aquela receita. Então, você criava uma dificuldade de organização orçamentária. Mas você tinha um pagamento sendo realizado. A partir do final de 2015, 2016, você não teve nem mais esse pagamento, que foi o que gerou a dívida que chegou aí, entorno de quinhentos milhões de reais. Porque além de não ter orçamento, não houve também pagamento. Então, o importante de estar no orçamento, é porque isso possibilita que você organize os recursos, porque o orçamento dispõe de todos os recursos que temos. Uma despesa que é paga sem estar no orçamento, inviabiliza a organização do município do ponto de vista financeiro. Por isso, a colocação dentro do orçamento é fundamental, para que consigamos ter a certeza do pagamento e a organização das demais despesas. A questão dos precatórios. Os precatórios têm tudo que se possa imaginar. Não chegamos a ler todos, porque é uma quantidade absurda de documentos. Têm precatórios que são parcelados em muitos anos, têm precatórios de toda ordem. Tem precatório de pessoas que ganham indenização, seja por um acidente ocorrido na rua, têm pessoas que ganham na Justiça o direito a um valor maior ao que a Prefeitura pagou, numa desapropriação. Têm empresas que ganham na Justiça o direito, por exemplo a Cavo. Com essas questões temos despesas ainda da época da Limpater, que são relacionadas à correção monetária de dívidas que foram ficando para trás. Então, tem de diversas ordens. Os que ultimamente elevaram os valores estão relacionados à desapropriação da época da Caximba, que foram os que elevaram bastante esses valores no último ano. Mas o ano que vem tem uma previsão. Não temos da Justiça ainda o quadro. O quadro está chegando agora, o deste ano. Então, temos uma previsão de valores da Justiça, mas

não detalhamento de processos. Os processos vão chegar agora, daí poderemos ver o que é. Fazemos uma previsão com base na previsão da Justiça. No site do tribunal tem uma previsão que eles fazem a respeito disso. Urbanismo. Na função de urbanismo, você tem despesas de pavimentação, tem o FUC, tem toda a questão da mobilidade urbana, você tem as despesas relacionadas com trânsito. De maneira geral, essas despesas relacionadas com a manutenção da cidade estão na função urbanismo. Por isso que ela tem um valor relevante. E ali você tem recursos que são vinculados essencialmente à função. Por exemplo: iluminação pública, é um recurso que não posso usar em mais nada. O recurso que está lá só pode ser usado para isso. O recurso de trânsito, que está lá dentro, só pode ser usado para o trânsito, que são valores significativos. Então, têm alguns recursos que são vinculados essencialmente à função, dentro da função urbanismo. A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Só para tirar a dúvida mesmo. Você falou que o FUC está ali dentro. Mas na verdade, como é uma receita, digamos, que entra e sai, qual que é o percentual do FUC dentro desses 19.57%? A SRA. DANIELE SANTOS:- Oitocentos milhões, mais ou menos. A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Tudo bem, oitocentos milhões. Mas que eu digo assim, desse percentual aqui, de 19.50%, qual corresponderia (T) ao montante? A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- Só um pouquinho, nós já veremos. A questão da educação é aquele valor que está ali, é o valor além do índice, aquele um pouco a mais, ali está o valor total orçado para a Secretaria de Educação. O FUC é 50% da função urbanismo. Então, veja, tem 50% voltado a esse recurso, que é exclusivo, você tem valores da questão da iluminação, valores da questão do transporte. Então, boa parte da função é voltada, exclusivamente, para a função, não tem como ser trabalhado. O SR. PRESIDENTE:- Eu vou pedir agora ao próximo bloco dos Vereadores de perguntas, vamos tentar seguir o rito, temos vinte minutos de Audiência Pública, qualquer coisa teremos prorrogação, mas vamos fazer as perguntas para a Dra. Daniele ou a presidência que vos fala, Vereadores Mauro Ignácio, Vereadora Noemia Rocha e Vereador Tico Kuzma. Encerrando esse bloco, faço a leitura da pergunta da população que está acompanhando, já agradecendo a presença do sindicato do Sismmac, do Sismuc. Concedemos a palavra ao Vereador Mauro Ignácio e depois Vereadora Noemia Rocha por três minutos. O Sr. Mauro Ignácio:- Obrigado Sr. Presidente. Quero cumprimentar a Daniele pela apresentação. Queria abordar a questão das receitas municipais, onde temos ingerência nesta Casa, podemos decidir alguma coisa, queria me ater a isso, acompanhava a sua apresentação, que são quase cinco bilhões a receita nossa. Porém, você dizia que o imposto de renda, trezentos e oitenta e um milhões e também o FUC eles passam, mas não ficam, eles vão para a despesa. Então, sobra três bilhões setecentos e vinte milhões, aproximadamente. Mas ali tem também a taxa e, se não me fale a memória, essa taxa significa a taxa do lixo. Aí, a primeira pergunta é: Se esses duzentos e dezesseis milhões cobrem a taxa de lixo ou se falta, o valor cobrado no IPTU. A outra questão e aí quero fazer esse raciocínio, tirando lá, três bilhões, setecentos e vinte, a folha de pagamento está quase em quatro bilhões e meio. Então, por esse valor arrecadado só do Município, fica faltando um bilhão para a folha anual? E nesse valor que eu também imagino, vamos discutir em breve nesta Casa, já está o aumento de três e meio, a previsão nessa receita aqui e que dá, com a folha de pagamento, 52.36%. O limite prudencial é 53%. Gostaria que você discorresse também quais as consequências para a cidade, caso seja extrapolado esse limite, caso esta Casa, por exemplo, adote um índice de aumento de 10%. Não sei se estouraria esse valor, mas gostaria de ter um cenário do que aconteceria com Curitiba, caso aprovemos aqui 10% de aumento na folha. Basicamente, queria ter essa noção das contribuições e aqui tem a taxa patrimonial, trezentos e quarenta e seis milhões, as contribuições Cosip, se esses valores tem uma destinação específica ou podem ser também empenhados para a folha de pagamento. Seriam esses meus questionamentos. Muito obrigado. O SR. PRESIDENTE:- Próxima oradora inscrita, Vereadora Noemia Rocha. (Pausa). Ausente. Na sequência Vereador Tico Kuzma. O Sr. Tico Kuzma:- Já estou contemplado e agradeço a Daniele e a Comissão. O SR. PRESIDENTE:- Devolvo a palavra a Daniele, para

que possa responder ao Vereador Mauro Ignácio, depois farei a leitura da população.

A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- Vereador, a taxa de lixo hoje realmente dá conta da despesa do lixo. O Sr. Mauro Ignácio:- O valor arrecadado paga 100% da taxa de lixo. A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- Paga a taxa de lixo. Ela paga os serviços relativos à taxa de lixo. Então, hoje ele está vinculado, necessariamente, à taxa de lixo, embora tenhamos uma pequena inadimplência. (I) ainda sobre essa taxa. Eventualmente pode precisar de um recurso ou outro além da taxa em função da margem de inadimplência, mas via de regra ela está prevista para a despesa. É isso foi uma adequação feita em dois lados, um lado quando a gente conseguiu subir a taxa de lixo e um lado quando a gente conseguiu diminuir a despesa do lixo. Então, foi isso o que possibilitou equilibrar o valor de lixo e acabar com o grande problema que sempre tínhamos no início do exercício. O Sr. Mauro Ignácio:- Qual era o deficit anterior, o deficit do lixo no início da gestão?

A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- Havia deficit de seis meses de contrato que estavam pendentes para pagamento. Isso acabou, agora nós estamos em dia. E isso nos faculta, inclusive, diminuir os valores de precatório num futuro próximo, porque um precatório recorrente que tínhamos era a questão de correção monetária dos valores do lixo que eram pagos atrasados. É não é um valor pequenininho, eram precatórios de trinta milhões de reais porque o lixo é o maior contrato que o Município de Curitiba tem. A questão das receitas. Realmente, a receita do fundo é uma receita que só passa pelo orçamento do Município porque é uma receita para uma despesa do mesmo valor. A receita do imposto de renda. Todo imposto de renda que é retido, seja da folha de pagamento, seja dos empresários, das empresas que nós fazemos o pagamento, fica como receita para o Município, só que isso é descontado na margem do FPM. Então, embora ela fique, ela é uma receita que nós podemos trabalhar, ela é descontada da margem do FPM. As receitas que o Município gera e que tem trabalhado bastante no sentido de que possa estar sempre ampliando essas receitas, observamos que ampliar as receitas municipais não significa aumentar a taxação. O trabalho que está sendo feito é de que a gente consiga cobrar de uma maneira mais eficiente, de uma maneira mais rápida e cobrar de todos aqueles que tem que fazer os pagamentos. Então, não significa aumentar imposto em momento algum, significa apenas um processo de eficiência dentro do processo de arrecadação. E é isso o que tem nos garantido uma margem crescente, inclusive, acima da inflação dessas receitas que está nos dando suporte para suportar a queda das transferências que temos tido. Essas receitas dão base sim à maior parte da folha. Nós temos algumas receitas constitucionais que nos possibilitam utilizar para despesa de folha, como por exemplo o Fundeb, que nos permite utilizar as receitas; alguns repasses do SUS que nos possibilita utilizar. Via de regra é muito pouco. As despesas de maneira geral estão vinculadas a outras despesas que não à questão do limite de pessoal. O SR. PRESIDENTE:- Ok, Dra. Daniele. Quero agradecer a participação da Bruna Mandu, que fez duas perguntas que lerei na sequência; Nadir Barbosa de Souza, do Sismuc. O Sr. Mauro Ignácio:- Sr. Presidente, por favor, faltou uma resposta. A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- A questão do limite. O cálculo do limite leva em consideração diferentes ponderações de receita. Os cálculos nunca são feitos sobre o orçamento de uma maneira geral. Então, o cálculo do limite leva diferentes limites de ponderação. Hoje nós estamos em 43%, mas esses 43% leva em consideração a questão, por exemplo, da presença do fundo, que nós não podemos considerar, entende? Então, a forma como é montado o fundo do Município, que trabalha com as despesas do transporte urbano, o coloca dentro desses cálculos. Mas nós sabemos que esse recurso é um recurso que não pode ser utilizado. Não dá simplesmente para olhar para o índice...

O Sr. Mauro Ignácio:- Aqui está 52.36 A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- Da receita de uma maneira geral, não é? Então, é com base no cálculo da receita geral. Agora, aí dentro tem tudo, tem essas receitas que são vinculadas a despesas específicas (A) que não podem ser consideradas. Então embora você tenha uma margem de índice não significa que tudo isso pode ser aplicado. O Sr. Mauro Ignácio:- Esse índice é pior ainda. A pergunta que eu fiz, se vier um aumento

considerando 10% mais a progressão do magistério A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- É 10% hoje de ampliação na folha. Veja bem, a folha já tem uma ampliação natural todo ano, em função dos crescimentos vegetativos do quadro. Então, sempre vamos ter uma ampliação da folha independente de qualquer aumento ou crescimento que você tenha, você sempre tem uma margem que cresce em função dessa questão vegetativa. 1% na folha já é um valor muito significativo. Se observarmos no começo da apresentação, a colocação foi de que a receita corrente do Município cresceu 0,3%. Então, é preciso desmembrar esses dados do orçamento, porque a leitura global nos dá um dado que não é o que efetivamente pode ser utilizado em determinadas despesas, 0,3% do orçamento é um suporte mínimo para que você tenha um crescimento. Já o crescimento vegetativo atinge esse tipo de suporte. 10%, estamos falando de quatrocentos milhões de reais, é um valor muito significativo para acrescentar dentro de um orçamento. Precisa diminuir muita coisa. Trago aqui de novo, duzentos milhões de reais é o que custa a saúde do ano inteiro para Curitiba na parte dos recursos municipais que são os que podemos utilizar. Para eu arrumar quatrocentos milhões de reais eu tenho que cancelar uma saúde, que dirá as demais secretarias. Então, é preciso fazer essa associação, porque aumentar num lado é diminuir em outro. O recurso do orçamento está plenamente colocado. O Sr. Mauro Ignácio:- Para concluir, Presidente. As consequências de estourar o limite prudencial. A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- O limite prudencial se estourar inviabiliza as certidões, consequentemente inviabiliza os repasses. Estourar o limite prudencial tem uma série de regras que precisam ser seguidas pelo Município no sentido de diminuir as despesas de pessoal. Passa por cortar horas extras, cortar uma série de verbas no sentido de equacionar o limite dentro do orçamento. O SR. PRESIDENTE:- Com a palavra Vereador Professor Euler. Na sequência o Vereador Serginho do Posto e encerramos as perguntas dos Vereadores. A Vereadora Noemia Rocha estava inscrita, mas está ausente do Plenário. Depois farei a leitura. O Sr. Professor Euler:- Bom dia. Primeiro agradecer pelos esclarecimentos a respeito das finanças do Município. A minha dúvida complementa o que perguntou o Vereador Mauro Ignácio. O Vereador citou que estaríamos com um gasto de pessoal em torno de 52,3%. Eu consultei agora aqui uma matéria que fala que o gasto com pessoal aqui em Curitiba está previsto para o próximo exercício em 42% da receita corrente líquida. Então, quero saber qual é o dado correto para termos essa informação que acho relevante. O SR. PRESIDENTE:- Com a palavra Vereador Serginho do Posto. O SR. SÉRGIO R. B. BALAGUER - SERGINHO DO POSTO:- Quero cumprimentar a Daniele, o Márcio, o Carlos sempre presentes trazendo esclarecimentos a respeito do orçamento municipal. Duas perguntas, Daniele, em relação ao pagamento ou a previsão orçamentária para o ano que vem, do pagamento das indenizações das férias não fruídas dos aposentados e licenças-prêmio, o valor estimado. E hoje qual a atual dívida com essa categoria, com os aposentados que ainda não receberam, salvo engano, desde 2014, essas indenizações. Tiveram a aposentadoria e não receberam as férias não fruídas e também as licenças-prêmio. O SR. PRESIDENTE:- Pode complementar a pergunta, Vereador Serginho do Posto. O SR. SÉRGIO R. B. BALAGUER - SERGINHO DO POSTO:- O valor estimado para o próximo ano, (P) orçado para a indenização e o montante hoje que a Prefeitura ainda não efetivou o pagamento a esses servidores aposentados. Era isso. Agradeço. A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- Vereador, a questão dos índices. É preciso entender bem que o foco orçamentário pode se dar em várias nuances. Aquele percentual que está destinado de 52% ali, o senhor vai ver é num slide que fala do grupo das despesas. Dentro das despesas que temos, 52% estão destinadas a despesa de pessoal. Aqui temos os valores inclusive com o RPPS dentro. O foco para o cálculo do índice de pessoal é um foco diferente. Tem várias nunces dentro desses cálculos, há receitas que são retiradas, questão de crédito, a questão do que é feito como pagamento de amortização é retirado. Tem uma série de itens que são retirados na hora de montar o cálculo do índice. Então, a diferença dos cálculos legais, cada cálculo desse tem uma fórmula legal, determinada por lei federal. E

seguida a fórmula da legislação federal. É diferente dessa informação aqui de 52%, que é a informação referente ao grupo de despesas. É isso que está no slide e é o que temos da informação no grupo da despesa. As duas informações estão corretas, sob ângulos diferentes as duas informações estão corretas. O Sr. Professor Euler:- Só para complementar, porque eu tenho certeza absoluta que Curitiba, até pelo saneamento que foi feito, ainda está distando do limite prudencial com gasto de pessoal. A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- Sim, embora tenhamos dentro do limite um cálculo que é feito como Fundo. Se acrescentarmos o Fundo, esse limite sobe. Estamos expurgando o Fundo dessa cálculo, no sentido de ter um cálculo real do quanto isso significa dentro da despesa, porque os recursos do Fundo, embora aumentem o valor de base para o cálculo, não podem ser utilizado em pessoal. A questão das licenças-prêmio, Vereador Serginho do Posto, o passivo que existe a respeito disso ultrapassa cem milhões de reais. Temos licenças que não foram pagas desde 2013. Embora tenhamos subido muito os valores orçamentários, eles ainda não são suficientes para quitar todo passivo. Para este ano temos dez milhões e para o ano que vem dez milhões, sendo que as previsões anteriores era de dois, três milhões, no máximo e foi o que criou a dívida que temos aí. Estamos estudando alternativas no sentido de viabilizar a quitação da dívida dessas licenças. A Sra. Julieta Reis:- Só queria complementar, levam em consideração a questão da idade ou não? A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- A lei me parece que leva, Vereadora. Parece-me que a lei leva em consideração para a questão da prioridade, mas também tem a determinação da fila. Estamos tentando criar agora uma norma que traga tudo isso e que nos possibilite fazer um pagamento mais rápido dessa dívida, para quitar esse montante. O SR. PRESIDENTE:- Agora passarei a leitura das perguntas da população. Tenho cinco perguntas aqui. Vou fazer uma, você responde e vamos fazendo um bate e pronto. Algumas perguntas são iguais, mas vou fazer uma por uma, porque a pessoa que formulou a pergunta entendeu a regra da audiência de fazer por escrito. Temos três minutos para vencer a audiência. O Sr. Mauro Ignácio:- Sr. Presidente, solicito a prorrogação da audiência pública por mais dez minutos, para que haja a oportunidade da manifestação dos sindicatos. O SR. PRESIDENTE:- Em votação o requerimento do Vereador Mauro Ignácio, que solicita a prorrogação do tempo da audiência pública em mais dez minutos. (Pausa). APROVADO. A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Sr. Presidente, (M) antes de iniciar, só ver se conseguimos garantir que as pessoas possam fazer a sua manifestação oralmente. Acho que é importante para a audiência pública. O SR. PRESIDENTE:- Vereadora, seguindo a regra da audiência, estamos com as manifestações por escrito aqui, e eu farei a leitura. Se a senhora quiser fazer a leitura no meu lugar, vamos fazer. É o que foi dito no início da audiência. E eu farei a leitura da população que escreveu aqui, e até elogiei para a senhora a letra do pessoal que mandou as perguntas. Então, vou começar com a pergunta da Nadir Barbosa de Souza, do Sismuc. Eu vou ler na íntegra a pergunta, para não mudar ou tentar não mudar o tom da pergunta da pessoa. A Nadir pergunta: "Gostaria de saber se, na LOA, está previsto um orçamento que permita o pagamento do auxílio-transporte em pecúnia. Pois é preciso informar que estamos com muitas perdas na nossa gestão, e a maioria dos servidores precisa desse valor em pecúnia. Ele é um complemento do nosso salário. Claro que nos salários mais baixos da Prefeitura, pois nos mais altos ele não tem grande impacto." Então, essa é a primeira pergunta, da Nadir. Se quiser, depois, vou fazer uma cópia para nós. Por favor, Daniele. A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- Ok. O orçamento faz uma previsão ampla das despesas de pessoal. Então, existe previsão no orçamento para despesa de pessoal para os valores relacionados à pecúnia também. Há suporte para essas despesas de maneira geral. Não há, no orçamento, um detalhamento sobre subelementos que caracterize exclusivamente para isso. Então, o orçamento é fechado junto com a Secretaria de Recursos Humanos, num valor global do que será necessário para o exercício seguinte. Isso é o que a lei orçamentária nos traz, é um valor de suporte para as despesas de pessoal do ano seguinte. O SR. PRESIDENTE:- Ok. A próxima pergunta é do Gabriel Conte, do Sismmac,

Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba: "A legislação aprovada no "Pacotaço de Greca", em 2017, prevê o retorno dos planos de carreira dos servidores no final de 2019. O que está colocado, previsto para esse cumprimento? Além das dívidas, das progressões de carreiras não pagas em 2017, antes do congelamento." Essa é a pergunta do Gabriel Conte. A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- Da mesma forma, o que eu posso dizer é assim: o orçamento não tem esse desenho detalhado; ele tem o valor, o montante que está destinado à despesa de pessoal. Dentro desse montante, que é repassado pela Secretaria de Recursos Humanos, há recursos disponíveis para as diversas funções: para o pagamento dos vencimentos, para pagamento de hora extra, para pagamento de vale-transporte, para o pagamento de avanços, planos, crescimentos. Tudo isso está dentro do montante geral destinado no orçamento. Então, há rubricas orçamentárias para isso no orçamento. Estão lá dentro os recursos. O detalhamento do que será pago em cada valor depende das determinações que venham a seguir pela Secretaria de Recursos Humanos. Dentro do orçamento, há valores disponíveis para a despesa de pessoal. O SR. PRESIDENTE:- Ok. Esclarecido? A próxima pergunta é da Christiane Izabella Schunig, do Sismuc, Sindicato dos Servidores Municipais de Curitiba. Pergunta: "Por que o Greca está anunciando um reajuste salarial para os servidores abaixo da inflação, sendo que a inflação acumulada e não reposta nos três anos desta gestão é de 10%? E, pelos dados públicos da PMC, existe condição orçamentária e estamos longe do limite da Lei de Responsabilidade Fiscal." Essa é a pergunta da Christiane Izabella. A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- O reajuste está calculado sobre o período a ser reajustado, que se refere aos últimos doze meses. O indicador de inflação para os últimos doze meses é de 2,89%, e o reajuste é de 3,5%. Então, no período, o reajuste supera o valor da inflação. E é isso que tem sido vinculado. O SR. PRESIDENTE:- Ok. A pergunta agora é da Bruna Mandu: (J) "Há algum plano de orçamento para dizer a taxa de homicídios? Poderemos, como cidadãos, avaliar as emendas propostas pelos Vereadores e Vereadoras, senão qual o sentido de voto? Ao menos estarão disponíveis para a leitura". Acho que essa pergunta é mais para mim, Bruna. Agora, taxa de homicídios é da parte do município, que é a previsão de segurança. Sobre as emendas, eu faço a resposta. Então, a senhora responde a parte de homicídios e eu respondo as outras. A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- O orçamento traz as previsões para o exercício da Guarda Municipal com as ampliações que estão sendo feitas no quadro, com a questão dos equipamentos, da renovação dos equipamentos e do processo de tecnologia que têm sim, entre as suas funções, a questão de reduzir a criminalidade. Então, dentro do orçamento há sim ações voltadas a esse objetivo. O SR. PRESIDENTE:- E continuando a resposta da Bruna, pergunta sobre as emendas por parte dos Vereadores. Bruna, temos recebimento de emendas do dia 20 à 26 do mês de novembro. Todos os Vereadores têm direito de fazer emendas neste orçamento e depois de publicadas, serão aprovadas pela Comissão de Finanças. Fazemos a validação dessas emendas, se elas têm a técnica correta para adentrar ao orçamento, depois entra para o sistema da Câmara Municipal, você pode ver no Portal de Transparência, e fazemos a votação aqui em plenário de todas as emendas. A Sra. Julieta Reis:- Só uma questão. (Assentimento). A questão do orçamento, dessas emendas, o que está acontecendo é que quando vão ser executadas no próximo ano, porque fazemos este ano para ser executada no próximo, dizem que o preço está diferente. E como nós fazemos se a emenda é um valor e dizem que a obra será outro valor. O SR. PRESIDENTE:- A pergunta agora é da população, Vereadora. A gente está só respondendo. Temos mais uma pergunta da Bruna, finalizando as perguntas. "Em uma cidade de 1.8 milhões de habitantes, ter alcançado sete mil e oitocentas participações, é um bom resultado? Quanto foi o gasto pela divulgação da consulta pública nas redes sociais? Quais as maiores leis de difusão desse tipo de consulta? Como foram divulgadas as audiências públicas nas redes sociais e qual o investimento?" A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- De maneira geral no Fala Curitiba, o que a gente tem visto é a crescente participação. Melhor se tivéssemos um milhão e oitocentos participando, mas a

realidade que está posta é esta que nós temos aí. Infelizmente ainda não temos a participação total das pessoas, embora tenha crescido muito. A participação é um processo que vai andando durante as suas execuções e vamos crescendo com ela. A participação vem crescendo e principalmente vem sendo qualificada. Diria que números especificamente não caracteriza o processo de participação. É preciso trabalhar o número e a qualidade desse processo de participação. Nós tivemos um crescimento muito significativo na qualidade do processo de participação. As pessoas que muitas vezes vão lá fazer uma fichinha e contam com uma participação no processo, representam uma quantidade significativa de pessoas por trás. Por isso tem sido trabalhado no sentido de fazer reuniões nas regionais, depois dentro dos bairros, depois na regional num crescente. Então, as pessoas participam de várias etapas, fazendo escolhas significativas para a sua região. Então, pode melhorar e deve melhorar muito, mas estamos num caminho onde isso é importante. O recurso que é gasto, eu não tenha o valor fechado aqui, como transmite por mídias sociais, principalmente pelos meios sociais e para a montagem do processo de participação nas regionais, eventualmente (K) num folder ou um cartaz, não são recursos significativos. Acho que a participação da comunidade sim, é significativa, é importante. E insistir nesse processo é mais do que importante, é uma obrigação do Município de trazer as pessoas para participarem das suas decisões. O SR. PRESIDENTE:- Complementando a pergunta, Bruna, e agora falo pela Câmara Municipal, realmente não é o ideal de participação. Nós tivemos sete mil e poucas participações, mas o que representou para a Câmara Municipal foi o custo zero. Todo o processo do site, da criação, na Câmara Municipal, foi feita pelos funcionários daqui. Funcionários da comunicação, as redes sociais. Então, os funcionários se empenharam em fazer esse programa, esse novo modal de comunicação com a população. Da parte da Câmara Municipal os custos já estão inclusos nos servidores. Então, os servidores tomaram a iniciativa. Foi muito legal isso, tivemos um aumento de 138% das participações. Para nós, Vereadores, foi um orgulho, que a Câmara Municipal também teve a sua pesquisa, digamos que paralela com a Prefeitura. Mas, no nosso caso, tivemos a questão do custo zero. Só para esclarecer a Bruna. Nesse momento as perguntas estão encerradas, e também está encerrada a Audiência Pública, informando que as sugestões dos presentes feitas via consulta pública deverão ser, após análise técnica, objeto de emendas no projeto de lei que falamos agora há pouco, para 2020, apresentada pelos Vereadores membros deste Legislativo ou pela Comissão de Economia e Finanças. Esgotado o tempo, está encerrada esta Audiência Pública. Quero agradecer a todos os presentes e a todos os Vereadores que compareceram nesta Audiência. Muito obrigado. A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Sr. Presidente, para uma solicitação. (Assentimento). Eu acho que tínhamos que buscar mudar a dinâmica das audiências. A audiência pública tem como função principal ouvir a população. Então, talvez inverter, ao invés de ouvir primeiro os Vereadores, abrir o espaço para a população e, na sequência, para os Vereadores, porque acho que acaba comprometendo a participação das pessoas. O SR. PRESIDENTE:- Isso pode ser analisado para a próxima reunião. Obrigado pela sugestão, Vereadora. Agradecemos o trabalho de toda a Comissão, lembrando que temos a reunião dos senhores assessores para as emendas, no dia 4, segunda-feira. A nossa Comissão estará à disposição para fazer a regulamentação das emendas. Então, após o Conselho de Ética, às 15h, na sala das Comissões, a equipe técnica da Comissão de Finanças vai estar assessorando os seus assessores para as emendas. Está encerrada a Audiência Pública. Muito obrigado."